

Crise e Território no Pensamento Econômico

Luiz Eduardo Simões de Souza¹

1. Introdução: as crises econômicas no território

Uma das vertentes temáticas que motivou a consolidação do pensamento econômico no século XVIII no que viria a ser a Economia Política foi a das crises econômicas. A grande maioria dos primeiros economistas expôs suas idéias num contexto que poderia ser entendido como crise, ora antevendo-a (como David Ricardo, com seu “estado estacionário” ou Thomas Malthus, com seu dilema populacional), ora propondo maneiras de evitá-la (como Adam Smith, com sua crença na expansão irrefreada da divisão do trabalho ou como os Fisiocratas, que propunham um elevado dispêndio da classe proprietária como maneira de se manter o ritmo e volume do crescimento da renda em seu *Quadro Econômico*)².

A questão do espaço – e, num sentido mais amplo, a própria questão do território – têm coordenadas correlatas no pensamento econômico. Essas podem ser identificadas não apenas na interface ou no empréstimo de conceitos oriundos desses dois temas junto à sua massa crítica, mas também no trabalho de cientistas sociais que fizeram: (1) amplo uso do cabedal de conceitos formulado pela Geografia e pela História, em construções teóricas da Economia, constituindo interdisciplinaridade; ou (2) emprego direto das diferentes disciplinas em seu instrumental analítico, sendo estes, por sua vez, multidisciplinares. É possível também levantar-se a existência de um terceiro grupo (3), composto de economistas que abordaram – sem o referencial teórico discreto – a questão territorial em aspectos da ciência econômica, unicamente a partir da empiria pura ou elucubrações lógico-dedutivas. Há exemplos dessas três amostras no amplo e diversificado universo do pensamento econômico.

¹ Doutor em História Econômica, Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Este texto relaciona-se com o projeto de Pesquisa “Crise e Território no Pensamento Econômico”, que recebe apoio do CNPq.

² SHAIKH, A, 1989 (vide bibliografia).

2. A idéia de crise na análise histórico-econômica

Independentemente da escola de pensamento econômico que se observe, ou do viés teórico que se adote, pode-se enumerar os elementos de uma crise econômica como se segue:

- (1) Retração, estagnação ou crescimento insuficiente do produto;
- (2) Piora geral ou localizada das condições materiais dos agentes dentro do ambiente econômico;
- (3) Esgarçamento da ordem social ora estabelecida, muitas vezes acompanhada de esgarçamento da ordem política.

Nota-se que a generalidade de que se pode acusar tal rol de elementos, a partir deste ou daquele lugar teórico ou ideológico, não é gratuita e chamamos a atenção *exatamente para ela*. Para analistas que buscam uma apologia ou uma contribuição ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, por exemplo, o enfoque caminha notoriamente para uma melhoria marginal ou escalar da taxa de excedente apropriado ao final de cada processo pela classe capitalista (1), balizada pela maximização dos riscos representados pelos elementos (2) e (3). Por outro lado, analistas mais atentos à historicidade das relações sociais de produção percebem que um modo de produção como o capitalista não funciona por meio de mecanismos de maximização ou minimização de variáveis, mas da manipulação de seus resultados de maneira a afirmar e manter uma estrutura de classes, ou seja, o elemento (3) seria o determinante, em última análise, de (1) e (2). Assim, uma crise econômica pode ser entendida como resultado de “desequilíbrios”, ou “inépcia de operação” nas variáveis de política econômica por alguns, mas outros a entenderiam como o resultado - cíclico - de uma maneira de organizar as forças produtivas da sociedade³.

³ Conforme Wilson Barbosa, in COGGIOLA, 1996, p. 314: “*as vicissitudes do sistema capitalista não se devem a acidentes naturais ou a má administração de indivíduos. Elas estão na natureza de crise do regime, na sua exploração do trabalhador, são seus elementos mais dinâmicos. Para crescer, explora, e por explorar sofre colapsos periódicos. A queda dos salários, a desvalorização dos preços das matérias-primas, a desvalorização do capital, etc, são as fontes da queda geral dos preços que acarreta desemprego maciço e impulsiona novas atividades econômicas*”.

De uma forma de ver, as crises seriam desvios, aberrações sistêmicas⁴, resultantes da falta de visão de longo prazo e eventos absolutamente extrínsecos à natureza das relações produtivas. De outra, seria exatamente a natureza das relações produtivas que demandaria movimentos no capital, os quais mobilizariam determinadas ações humanas e seriam entendidos como crises. Nas palavras de um jovem Engels⁵:

A lei da concorrência significa que a procura e oferta se completam sempre e nunca. Os dois aspectos são de novo separados e opostos, de maneira abrupta. A oferta segue sempre imediatamente à procura, mas não chega nunca a satisfazê-la completamente; esta é ou demasiado grande ou demasiado pequena, nunca corresponde a oferta, porque neste estado de inconsciência da humanidade ninguém sabe qual é a dimensão de uma ou de outra. Se a procura excede a oferta, o preço sobe e deste modo a procura, de certa maneira, é perturbada; logo que isto se manifesta no mercado, os preços caem e quando a queda da procura se acentua, a baixa dos preços é tão significativa que a procura se sente de novo estimulada. E isto continua assim, sem cessar: nunca um estado salutar, mas uma constante alternância de excitação e abatimento que exclui todo progresso, uma eterna oscilação sem que nunca se atinja o fim. Esta lei, com sua permanente compensação, pela com aquilo que é perdido agora volta se ganhar depois, o economista julga-a admirável. É a sua glória principal - nunca se cansa de contemplar-se nela e considera-a sob todos os prismas possíveis e imaginários. E, no entanto, é evidente que esta lei é puramente natural e não uma lei do espírito. Uma bela lei que engendra a revolução. O economista deixa-se levar com sua bela teoria da oferta e da procura e demonstrar-nos que "nunca se pode produzir demais" - e a prática responde com as crises comerciais que aparecem tão regularmente como os cometas e de tal modo que, hoje, temos uma, em média, a cada cinco ou sete anos. Mais crises produzem-se há vinte anos com a mesma regularidade que as grandes epidemias de outrora, e trouxeram mais miséria e imoralidade que elas (...). Naturalmente, estas revoluções comerciais confirmam a lei: confirmam-na ao seu nível mais alto, mas de maneira diversa daquela que o economista queria fazer crer. Que pensar de uma lei que só se pode estabelecer através de revoluções periódicas? É justamente uma lei natural que se baseia na ausência da consciência dos interesses. Se os produtores como tais soubessem de quanto precisam os consumidores, se organizassem a produção, se a

⁴ Conforme Leon Walras: “(...) assim como o lago é às vezes perturbado pela tempestade, o mercado é às vezes agitado violentamente por crises, que são perturbações súbitas e gerais do equilíbrio. E tanto melhor poderemos reprimir ou prevenir essas crises quanto melhor conhecermos as condições gerais de equilíbrio”. (WALRAS, 1983 (1874): p. 208)

⁵ ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). *Fredrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 70-71.

repartissem entre si, a flutuação da concorrência sua tendência para a crise seriam impossíveis. Produzam com consciência, como homens e não como átomos dispersos, ignorantes da sua espécie, e escaparão a todas estas oposições artificiais e insustentáveis. Mas por tanto tempo quanto continuarem a produzir como hoje, de forma inconsciente e refletida, abandonada aos caprichos da sorte, as crises subsistirão; e cada uma delas que vier deverá ser mais universal e, pois, pior do que a precedente: devem pauperizar maior número de pequenos capitalistas e aumentar progressivamente o efetivo da classe que só vive do trabalho, e, portanto, aumentar visivelmente a massa de trabalho a ocupar (o que é o principal problema dos nossos economistas) e provocar por fim uma revolução social tal que a sabedoria escolar dos economistas jamais sonhou.

Tendo em vista que essa última visão incorpora a análise histórica, e a outra simplesmente dela prescindir (pois propõe seu método como algo aplicável a qualquer contexto histórico, ao modo das leis da Física Newtoniana⁶), deduz-se que uma análise histórico-econômica do fenômeno das crises será tanto mais rica em resultados quanto mais próxima estiver de uma teoria econômica que incorpore a história em seu método. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels não somente aplicaram tal procedimento como desvendaram uma característica das crises econômicas muito cara ao modo de produção capitalista – a sua *conveniência* à classe dominante:

“Nas crises eclode uma epidemia social que teria parecido um contra-senso a todas as épocas anteriores: a epidemia da superprodução. A sociedade vê-se bruscamente de volta a um estado de barbárie momentânea: dir-se-ia que a fome ou uma guerra geral de aniquilamento tolheram-lhe todos os meios de subsistência: a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe já não servem para promover a civilização burguesa e as relações de propriedade burguesas; ao contrário, tornaram-se poderosas demais para essas relações e são por elas entravadas. E assim que superam um obstáculo, precipitam toda a sociedade burguesa na desordem, colocam em perigo a existência da sociedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para conterem a riqueza que produziram. Como a burguesia supera as crises? De uma parte, pelo aniquilamento forçado de um enorme contingente de forças produtivas; de outra, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais acirrada dos

⁶ Um exemplo significativo dessa postura, ainda que carente de originalidade, está presente nos apêndices A e B dos *Princípios de Economia*, de Alfred Marshall, em que o autor atribui à explicação histórica um papel “complementar” ao da teoria positiva.

antigos. Por intermédio de quê? Preparando crises mais extensas e mais violentas e reduzindo os meios para preveni-las”⁷.

Karl Marx, em seu estudo crítico da Economia Política, rompeu com o lugar-comum da “insuficiência do produto” *per se*, postulada pela Escola Clássica e seus antecedentes (1758 –1848). Para ele, as crises decorreriam de uma contradição básica do modo de produção capitalista, posto que:

“As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma estão limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites muito estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista, dada pelas contínuas revoluções nos próprios métodos de produção, pela desvalorização sempre vinculada a elas do capital disponível, pela lei concorrencial geral e pela necessidade de melhorar a produção e ampliar a sua escala, meramente como meio de manutenção e sob pena de ruína. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado, de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre mais a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontroláveis. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo da produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória, não há, de modo algum, nenhuma contradição, no fato que excesso de capital esteja ligado com crescente excesso de população; pois mesmo que se juntassem ambos, a massa de mais-valia produzida iria aumentar, aumentando com isso a contradição entre as condições em que essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada.”⁸

⁷ MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848), p. 33-34.

⁸ MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (1894) Livro III, volume IV, página 176.

Assim, existiriam dois tipos de crise, esta entendida como "o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade"⁹, quais sejam: as crises *parciais* e as crises *totais*.

As crises parciais dizem respeito a fenômenos como os ciclos econômicos, que envolvem uma fase de crescimento econômico relativamente elevado, seguida pela estagnação ou depressão das atividades econômicas. Estas consistem uma face crônica do capitalismo. Segundo Wilson Barbosa:

“A teoria da crise de Marx leva obviamente a uma teoria do ciclo, porque uma taxa de acumulação que se expande paga salários reais mais elevados para se manter; daí acelera-se a competição e a composição orgânica do capital aumenta; a partir de um certo ponto, a oferta supera as vendas; os que não ousam recuar, perdem; instala-se a depressão; reconstitui-se, assim, o exército de reserva, ao mesmo tempo em que se depreciam os valores do capital; ocorre, mesmo, uma destruição de forças produtivas, vindo a se recuperar as oportunidades para a expansão do lucro; retoma-se, então, um novo ciclo expansivo¹⁰”.

Paul Sweezy¹¹ identificou o que seriam dois subtipos específicos de crises econômicas na visão das crises parciais de Marx. Um estaria ligado à tendência decrescente da taxa de lucro; outro, à incapacidade dos capitalistas para venderem as mercadorias pelo seu valor, ou de realizá-lo.

A esses dois subtipos, somar-se-ia um terceiro, ligado ao aumento da extensão e complexidade da divisão do trabalho. Dada a estreita relação entre as empresas dos diferentes setores, que se dá no Capitalismo Industrial, há entre elas uma significativa interdependência, o que indica uma fragilidade sistêmica. A falência de uma empresa estratégica no sistema - uma instituição financeira ou um grande grupo industrial, por exemplo - afetaria várias outras empresas, podendo comprometer o conjunto de empresas de uma economia como um todo¹².

⁹ BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983), página 83.

¹⁰ BARBOSA, W. Uma Teoria Marxista dos Ciclos Econômicos in COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo: Humanitas, 1996, p. 313.

¹¹ SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1942), capítulos X, XI e XII.

¹² Conforme SHAIKH (1989, p. 226 – 231), BARBOSA (in COGGIOLA, 1996, p.312.) e BOTTOMORE (1988, p.84).

Existiria ainda outro tipo de crise econômica para Marx¹³. As crises que conduziriam a transformações de uma sociedade originalmente capitalista mostrariam o fenecimento dos pressupostos que definem as relações sociais de produção então vigentes, colocando em xeque a contradição fundamental desse tipo de sociedade, qual seja, a apropriação privada da produção social.

Como promotor da estabilidade de longo prazo do sistema – ou seja, das relações sociais de produção - o Estado sob o Capitalismo agiria de maneira direta e/ou indireta através das chamadas *políticas econômicas*. Nas crises econômicas parciais, a função do Estado estaria mais ligada às políticas econômicas de "curto prazo". Seu conjunto administraria a crise, mantendo os interesses diretos dos proprietários nos meios de produção e a sua apropriação do excedente socialmente gerado. Periodicamente, estas chegariam até a favorecer os capitalistas mais “ajustados” às regras do jogo acumulativo. Por outro lado, para evitarem-se as crises totais, posto que estas desagregariam as relações sociais de produção e o sistema como um todo, far-se-ia necessária uma reflexão mais ampla da parte da superestrutura do Capitalismo. Foi o caso do Keynesianismo.

John Maynard Keynes nunca foi exatamente um detrator do capitalismo; muito pelo contrário. Por repetidas vezes, afirmou-se como alguém que, frente ao colapso de 1929, causado pela quebra da bolsa de Nova Iorque, e a Grande Depressão subsequente, buscava exatamente dar sobrevida ao Capitalismo, com sua "agenda do Estado", que buscava lidar, em última análise, com as contradições das relações sociais de produção do Capitalismo:

“(…) Para o governo, o mais importante não é fazer coisas que os indivíduos já estão fazendo, e fazê-las um pouco melhor ou um pouco pior, mas fazer aquelas coisas que atualmente deixam de ser feitas.

(…)

Muitos dos maiores males econômicos do nosso tempo são frutos do risco, da incerteza e da ignorância. É porque indivíduos específicos, afortunados em sua situação ou aptidões, são capazes de se aproveitar da incerteza e da ignorância, e também porque, pela mesma razão, os grandes negócios constituem freqüentemente

¹³ Jorge Grespan, em *O Negativo do Capital* (1996), chama a atenção para o fato de que existem várias formas pelas quais aparece o fenômeno da “crise” no Capitalismo, sob a teoria marxista.

uma loteria, na qual surgem as grandes desigualdades de riqueza; e estes mesmos fatores são também a causa do desemprego dos trabalhadores, ou a decepção das expectativas razoáveis do empresariado, e da redução da eficiência e da produção. Entretanto, a cura reside fora das atividades dos indivíduos; pode até ser do interesse destes o agravamento da doença.

Creio que a cura desses males deve ser procurada no controle deliberado da moeda e do crédito por uma instituição central, e em parte na coleta e disseminação em grande escala dos dados relativos à situação dos negócios, inclusive a ampla e completa publicidade, se necessário por força da lei, de todos os fatos econômicos que seria útil conhecer. (...)

Meu segundo exemplo diz respeito à poupança e ao investimento. Creio que é preciso haver algum ato coordenado de apreciação inteligente sobre a escala desejável em que a comunidade como um todo deva poupar, a escala em que esta poupança deva ir para o exterior sob a forma de investimentos externos; e sobre se a atual organização do mercado de capitais distribui a poupança através dos canais produtivos mais racionais. Não acho que estas questões possam ser deixadas inteiramente, (...), ao sabor da apreciação particular e dos lucros privados.

Meu terceiro exemplo refere-se à população. Já chegou o tempo em que cada país precisa de uma política considerada nacional do que mais lhe convém quanto ao tamanho da população, seja maior, menor ou igual à atual. E tendo fixado esta norma, precisamos dar os primeiros passos necessários para fazê-la funcionar. Poderá chegar o tempo, um pouco mais tarde, em que a comunidade como um todo deverá prestar atenção à qualidade inata, tanto quanto ao simples número dos seus futuros membros.¹⁴

As crises econômicas, para Keynes, marcadas pela insuficiência de suprimento da demanda efetiva, insuficiência de investimentos e desemprego, seriam, assim, um reflexo da ausência de regulação, rumo ao pleno emprego, no ambiente econômico, da parte do Estado.

A contraposição interpretativa das visões de Marx e Keynes à visão clássica das crises econômicas representou uma mudança de perspectiva, na história do pensamento econômico, indo da completa negação da dinâmica econômica à reafirmação da pertinência dos elementos identificados como causadores das crises por aqueles autores. Por outro lado, a visão neoclássica (e neoliberal) das crises seria a de um “desvio” de

¹⁴ KEYNES, J. “O fim do laissez-faire” (1926) in SZMRECSÁNYI, T. (org.) *Keynes*. São Paulo: Ática, 1984, pp. 123 – 124.

uma situação de equilíbrio considerada “ideal”. Colocando-se à parte o fato de um raciocínio dessa ordem contradizer a própria dinâmica do crescimento econômico, aparece, nos modelos teoricamente consolidados dessa corrente – Hicks, Solow e Phelps, por exemplo – a idéia de que o crescimento econômico “sustentável” é dado juntamente com a estabilidade do meio de troca e o equilíbrio do balanço de serviços, bens e demais transações de uma economia com o exterior¹⁵. Seriam tarefas do Estado, sob essa óptica, a criação e manutenção de um “ambiente favorável” aos capitalistas, tornando precárias as relações dos trabalhadores com o capital, e assegurando as atividades de capital de alto risco, ora minimizando-o, ora assumindo-o em nome daqueles mesmos trabalhadores.

Michal Kalecki e Oskar Lange abordaram as diferenças dos fatos geradores de crises econômicas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para Kalecki, o principal problema de uma economia capitalista desenvolvida seria a adequação da demanda efetiva¹⁶, posto que seu equipamento de capital se equipara à força de trabalho existente e poderia gerar crescimento da renda com a obtenção de pleno emprego. Devido ao impulso dos capitalistas em adequar o investimento à poupança – ou, em outras palavras, maximizar a eficiência marginal do capital – cria-se uma capacidade ociosa, que conduziria a uma redução da produção abaixo do nível de pleno emprego. A queda na remuneração dos trabalhadores reduz o nível de consumo, reduzindo ainda mais a demanda efetiva para o futuro. O governo realizaria, assim, um papel fundamental para essas economias, consumindo os estoques ociosos de capital. Ele realizaria investimentos em atividades que não conferissem a eficiência marginal do capital originariamente desejada pelos capitalistas e, por isso, por eles relegadas¹⁷.

As economias subdesenvolvidas, por outro lado, apresentariam um “*problema crucial diferente*”¹⁸. Além da insuficiência de demanda efetiva, o equipamento de capital existente revela-se incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível. A ampliação do consumo através do governo, assim, não resolveria o problema, posto que:

¹⁵ É implícita, logicamente, a estabilidade das relações de produção.

¹⁶ KALECKI, M. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. Campinas: Hucitec, 1987, p. 133.

¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 134.

¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 136.

“(...) o problema crucial dos países subdesenvolvidos é o aumento do investimento – não a fim de gerar uma demanda efetiva – como é o caso numa economia subdesenvolvida mas com subemprego, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva indispensável para o rápido crescimento da renda nacional¹⁹.”

Oskar Lange expõe o problema praticamente da mesma maneira:

“Uma economia subdesenvolvida é uma economia em que o acervo disponível de bens de capital não é suficiente para dar emprego à totalidade da força de trabalho disponível utilizando as modernas técnicas de produção. Conseqüentemente, existem duas alternativas para uma economia desse tipo. Uma é o emprego da força de trabalho disponível utilizando técnicas de produção atrasadas, primitivas. Isso implica uma baixa produtividade do trabalho e, por conseguinte, uma renda real *per capita* baixa. A outra alternativa é a adoção de técnicas mais avançadas de produção e uma maior produtividade do trabalho. Isso implica, contudo, o desemprego ou subemprego de parte da força de trabalho, porque os bens de capital disponíveis não são suficientes para dar emprego a toda a força de trabalho dentro do quadro das modernas técnicas de produção. A impossibilidade de se utilizar plenamente a força de trabalho leva a uma renda nacional *per capita* baixa.²⁰”

Para Lange, o problema essencial das economias subdesenvolvidas residiria na insuficiência da acumulação de capital para elevar o acervo disponível de bens de capital a um nível em que a força de trabalho disponível possa ser absorvida. Por outro lado, a baixa produtividade do trabalho, e a queda no nível de emprego, reduzem ainda mais o ritmo de crescimento econômico²¹.

A submissão dessas economias a essa condição da Divisão Internacional do Trabalho levaria ao impasse crônico das flutuações e crises marcadas por períodos de crescimento insuficiente para o suprimento da demanda efetiva, porquanto medíocres, e por fortes recessões. Nelas, haveria graves conseqüências econômicas e sociais. Nesse sentido, integram-se os problemas estruturais internos das economias periféricas com a flutuação internacional, na geração e potencialização das crises econômicas²². Nas palavras de Jorge Beinstein:

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 136.

²⁰ LANGE, O. *Ensaio Sobre Planificação Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1987, p. 26.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 27.

²² Charles Kindleberger faz uma interessante crítica do sistema de gerenciamento de crises com prestamistas de última instância, como o FMI e o Banco Mundial (*Manias, Pânico e Crashes: um histórico das crises financeiras*. Porto Alegre: Ortiz, 1992[1989]). Tais prestamistas não teriam

“na periferia os fatores endógenos [...] são formas concretas de reprodução da economia mundial hegemônica pelo capitalismo desenvolvido [...] Os caminhos nacionais ou regionais para a crise devem ser interpretados em seu duplo aspecto, específico, local, ou geral, global²³”.

3. A perspectiva territorial no enfoque das crises econômicas

Apesar de as crises econômicas muitas vezes servirem-se de fenômenos ligados ao ciclo econômico, é importante diferenciá-las das flutuações puras e simples, sobretudo para o estudo histórico-econômico²⁴.

As atividades econômicas, reconhecidamente, possuem um caráter de fluxo circular²⁵, cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo) e a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro. Em sua obra, *Business Cycles* (1939), J. A. Schumpeter define as fases dos ciclos econômicos – ascensão, recessão, depressão e recuperação.

A variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, seja no período de um ano ou em uma série histórica, é o investimento. Aliado ao estoque existente de capital, o investimento amplia a capacidade econômica produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo, gerando, com suas oscilações, os ciclos econômicos. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora a os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento; por outro lado, cada investimento consiste uma adição de capital, e desde

isenção suficiente dos interesses privados do sistema financeiro internacional, para deterem a prerrogativa de ditar normas econômicas aos países em crise (op. cit, página 271). Ao imporem suas políticas, predominantemente com países periféricos da Divisão Internacional do Trabalho, esses órgãos não fazem mais do que minimizar os riscos usurários dos países centrais, maximizando seus ganhos, e – isso sim, em última instância – contribuindo para a imiserização daqueles que alegam socorrer.

²³ BEINSTEIN, J. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. São Paulo: Record, 2001, p. 244.

²⁴ Schumpeter reconhece essa diferença, de forma mais ou menos intuitiva, ao admitir que a “teoria do ciclo” não é uma “teoria da crise”, na *Teoria do Desenvolvimento Econômico* (op. cit. p. 142).

²⁵ Para tanto, veja-se o capítulo 1 – “O fluxo circular da vida econômica” – da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de J. A. Schumpeter.

logo compete com a geração mais velha desse equipamento, num paradoxo apontado por Michal Kalecki²⁶ como inerente à própria economia capitalista.

Historicamente, até o período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o conceito “clássico” de ciclo²⁷ baseava-se na observação do nível de alguma variável que procurasse retratar o ritmo dos negócios, apresentando pontos de máximo e mínimo. Dado que tal conceito, para a caracterização de um ciclo completo, demanda os movimentos de expansão e contração, que implica a queda em algum momento no valor absoluto das variáveis, sua utilização no Pós-Guerra comprometeu-se, no tocante à observação dos grandes agregados econômicos, os quais raramente apresentaram tal decréscimo, na coleta e organização padronizada dos dados referentes à composição dos produtos nacionais e internos dos países-membros da ONU, através do SNA e de suas revisões, ao longo da segunda metade do século XX.

Desta feita, o conceito “clássico” incorporou a identificação das fases e da cronologia dos mesmos segundo os desvios em torno de uma tendência histórica, elaborando-se o conceito de *ciclo revisado*. Ainda assim, a retirada da tendência pode afetar a própria identificação das flutuações cíclicas. Nesse sentido, o *ciclo de crescimento*, que incorpora as variações das taxas de crescimento das variáveis, apresenta as indicações de evolução dos investimentos em setores dinâmicos da economia, como, por exemplo, a indústria.

Schumpeter, em *Business Cycles*, também definiu os tipos de ciclos econômicos, dados de acordo com sua duração. Seriam eles: (a) ciclos sazonais, de periodicidade anual; (b) ciclos de Kitchin, de ordem comercial, com duração de 3 a 5 anos; (c) ciclos de Juglar, de natureza industrial, com duração de 7 a 11 anos; (d) ciclos de Kuznets, que integrariam os ciclos de Kitchin e Juglar, com 10 a 15 anos e (e) os ciclos (ou ondas longas) de Kondratieff, originalmente medidas a partir de 1780, com duração de 48 a 60 anos.

As primeiras flutuações – sazonais, comerciais e industriais – amplamente reconhecidas e estudadas, representariam ao historiador econômico as chamadas

²⁶ KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965), página 149.

²⁷ Conforme as contribuições de Clement Juglar (1891) e Wesley Mitchell (1913).

flutuações de conjuntura e obedeceriam às variáveis flexíveis no curto prazo – preços, salários, juros, rendimentos. As ondas longas de Kondratieff, reconhecidas empiricamente²⁸, obedeceriam a fatores flexíveis no longo prazo, assumindo a tendência crescente de variáveis como a população e o capital fixo, sob a forma de tecnologia. As oscilações relacionar-se-iam, de acordo com o próprio Kondratieff, com os seguintes fatores: (1) mudanças tecnológicas, (2) guerras e revoluções, (3) a abertura e o surgimento de novos mercados na economia internacional e (4) a descoberta de novas minas e o aumento na produção de metais preciosos, especialmente o ouro²⁹.

É necessário fazer uma distinção entre as importâncias dos conceitos de "flutuação" e "tendência" para economistas e historiadores econômicos. Quando Clement Juglar, em meados do século XIX, identificou os ciclos industriais, de 7 a 11 anos, estava diretamente preocupado com os mecanismos que conduziam e reconduziam periodicamente as forças produtivas em sua ação³⁰. Por sua vez, quando historiadores como Pierre Vilar, Fernand Braudel e outros falam em flutuações, não estão absolutamente preocupados com a morfologia ou dinâmica daquelas forças produtivas, especialmente no sentido de alterá-las ou redirecioná-las como fariam economistas, mas em identificar o seu sentido histórico. Enquanto os economistas aplicados buscam lidar com as fases recessivas e depressivas dos ciclos econômicos, inferindo prescrições e procedimentos que conduziriam à maximização das fases ascendentes, os historiadores econômicos buscam compreender as relações sociais que causam sua oscilação característica. Para Braudel, por exemplo:

Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, se medem. Uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores,

²⁸ Veja-se HOBBSAWM (1995, 2000), BRAUDEL (1978), ARRIGHI (1996), BOUVIER (1988), CHAUNU (1988), VILAR (1981) e outros.

²⁹ KONDRATIEFF, N. The Long Waves in Economic Life. *The Review of Economic Statistics*, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.

³⁰ Mesma preocupação de J. A. Schumpeter, em seus *Business Cycles*, de 1939.

medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos³¹.

O comportamento tendencial interessa ao economista no chamado "longo prazo", permitindo-lhe a análise para o planejamento e a "política" econômica. Ao historiador econômico, este mostra a longa duração por trás das flutuações conjunturais (como a tendência semi-secular de um ciclo de Kondratieff num ciclo de Juglar, ou a tendência deste em um ciclo comercial de Kitchin de cinco anos) ou mesmo um movimento de "longuíssima" duração. Para Fernand Braudel, a história de ciclos, interciclos, movimentos periódicos cuja fase vai de cinco a dez, vinte, trinta, até cinqüenta anos, é uma história em "ondas curtas"³²:

Abaixo dessas ondas, nos domínios dos fenômenos de tendência (a tendência secular dos economistas), espraia-se, com inclinações imperceptíveis, uma história lenta em se deformar e, por conseguinte, em se revelar à observação. É ela que designamos na nossa linguagem imperfeita sob o nome de uma história conjuntural, em ondas relativamente curtas.

Mas o historiador econômico não deve desprezar as flutuações da conjuntura, pois, como afirma Frédéric Mauro:

(...) Se se reduz a história econômica aos fenômenos de longo período, tende-se a negligenciar, no passado, as manifestações de curto prazo. A história econômica não se refere, neste caso, mais do que às variações de estrutura, menosprezando a conjuntura pura, estática. Erro grosseiro. Como compreender uma estrutura, se não conhecemos bem a conjuntura a curto prazo que lhe é própria, se do estudo de número bastante grande de crises cíclicas não são extraídas as características gerais próprias das crises a curto prazo, 'estáticas', dessa estrutura? Por que menosprezar o mecanismo destas crises ou simplesmente o 'modelo' da vida econômica anterior à intervenção dos fatores externos, que lhe modificam o contorno? Enfim, por que esquecer o papel da história econômica na história? A conjuntura econômica a curto prazo permite explicar a conjuntura política a curto prazo e os acontecimentos a ela vinculados³³.

³¹ BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 73.

³² BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 120.

³³ MAURO, F. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1969), p. 22.

Para Bouvier, a flutuação marca historicamente o modo de produção capitalista, mostrando:

(...) de uma parte, seu caráter profundamente dinâmico, onde se produzem permanentemente ‘processos acumulativos’ (...), graça aos quais todo movimento tem início, prossegue, se espraia pelo seu próprio peso específico, seguindo a sua própria inclinação. A alta provoca a alta, como a baixa aprofunda a baixa. Os processos que resultam do próprio fato de sua diversidade e de sua simultaneidade imperfeita, atingem, num sentido ou em outro, na alta como na baixa, limites que não podem ultrapassar. Verifica-se então a perda de equilíbrio, passagem da alta à baixa, ou da baixa à alta, enfraquecimento ou reforçamento do processo, segundo sentido diferente do precedente. A essas mudanças de sentido no processo chama-se ‘crise’ ou ‘renovação’. Durante a fase acumulativa da expansão, existem reservas de fatores disponíveis às quais é possível recorrer: reservas de capitais, de mão-de-obra, de poder aquisitivo. Na mesma medida de utilização de tais reservas, no entanto, aumenta a “vulnerabilidade do sistema em crescimento” (Henri Guitton), pois diminuem as margens das reservas. O desenvolvimento perde alguma coisa de sua elasticidade, de sua capacidade de adaptação. Durante a fase ‘acumulativa’ da depressão, a célebre ‘higienização’ – ou seja, a redução progressiva dos estoques, o desaparecimento das empresas mais fracas, o esforço de produtividade empreendido para lutar contra a baixa do preço de venda pela redução do preço de revenda, etc... – permitirá que se reconstituam as reservas dos fatores de produção; o sistema econômico torna-se progressivamente mais elástico e mais disponível para novos esforços³⁴.

Mas, enfim, uma crise se caracteriza em um ciclo econômico historicamente observado quando rompe o padrão acumulativo do mesmo, alterando sua tendência de longo prazo ou ainda afetando a amplitude de sua oscilação, dado o enfoque estrutural ou conjuntural que o historiador queira aplicar à sua interpretação³⁵. Nesse sentido, procedem as interpretações de “ondas longas” de E. Mandel (1970) – atribuídas a

³⁴ BOUVIER, J. As Crises Econômicas in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novas abordagens*. (1974) p. 22-23.

³⁵ Pois, conforme o próprio J. Bouvier, “*O historiador das crises analisa elementos concretos: magnitudes econômicas, elementos demográficos, e forças que dirigem a economia (empresas e “grupos”). Esses elementos, no entanto, são cuidadosamente datados no tempo, e situados no espaço (econômico, social e demográfico). São, talvez sobretudo, elementos que foram relacionados com o conjunto do ambiente econômico, social e político em que ocorreram. As crises nunca foram apenas “econômicas”. Elas sempre adquiriram as suas cores específicas e originais, em função também do clima social e dos acontecimentos políticos que as acompanharam, ou seja, que foram influenciados por leis e que as puderam influenciar.*” (idem, p. 25).

movimentos de longo prazo da acumulação capitalista - e de G. Mensch (1974) – relacionadas a saltos tecnológicos - , elas mesmas adaptações das observações empíricas de Kondratieff com teorias econômicas definidas.

4. Entrecruzamentos teóricos

A História Econômica, grosso modo, estuda as economias das sociedades passadas. O interesse por tal objeto surgiu em consequência do desenvolvimento do capitalismo e de sua “mentalidade quantitativa”³⁶, em meados do século passado. Em meio a uma grande agitação das ciências sociais, a História Econômica surgiu em função de grandes temas sugeridos pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, muitas vezes ligados ao desenvolvimento da Teoria Econômica e da Economia Política. Esta, por sua vez, foi a grande fonte dos primeiros problemas levantados: a produção, o consumo e a distribuição de riqueza. Em particular, os grandes elementos geradores de temas de estudo foram as crises de produção; a idéia de “compreensão do passado” parecia próxima da justificação do presente, ou mesmo de sua crítica e apresentação de propostas de mudanças no *statu quo*. Enriquecendo-se com métodos e instrumentais de outras disciplinas - entre elas a Demografia, a Estatística, a própria Economia Política e a Sociologia - a História Econômica acabou por definir seu espaço dentro do conjunto das ciências.

Esta definição de espaço, como qualquer disciplina, acabou por frutificar concepções distintas no tocante ao enfoque, ao método e aos objetivos a serem alcançados.

A um entendimento da economia global a partir de uma perspectiva histórica, o estudo das crises tem servido aos seguintes propósitos, a saber: (a) a identificação de fatores de transformação econômica e social na humanidade, ou seus pontos de “ultrapassagem e prospectiva”, nas palavras de Pierre Chaunu³⁷; (b) uma seleção – mais ou menos discricionária – dos elementos característicos de formações econômico-sociais, dando ao historiador a possibilidade de verificar o “essencial” nas relações de

³⁶ segundo CHACON, Paulo Pan e FRANCO JÚNIOR, Hilário. *História Econômica Geral*. São Paulo, Ed. Atlas, 1982.p. 17.

³⁷ CHAVNU, P. “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva” in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 3a. ed. 1988.

produção da sociedade estudada, bem como os problemas por ela acusados; e (c) a verificação empírica de aspectos teóricos da economia.

Dentro do que se convencionou tratar como “crise econômica”, desenvolvido nas exposições anteriores, encontram-se, na verdade, várias crises distintas. A crise de sobre-produção (i), caracterizada pela concentração de capital nos setores mais rentáveis, atraindo tecnologia e preços mais altos às mercadorias ali produzidas, em detrimento do desemprego de capital em outros setores. A crise de emprego (ii), observada pela concentração de emprego apenas nos setores concentradores de capital, que são, também, desempregadores em razão da concentração de tecnologia. A crise social (iii), verificada pela queda na qualidade de vida da população, provocada pela redução da taxa de consumo em relação à taxa da população. O pensamento marxista acrescenta ainda a esta seqüência de crises a chamada (iv) crise de sobreacumulação. Esta ocorre quando o setor financeiro já não consegue garantir o consumo das mercadorias de mais alto conteúdo tecnológico, por meio da realização de créditos, às taxas de juros vigentes.

No ciclo depressivo descrito acima, o último estágio seria a queda na renda geral da economia. Em um capitalismo remoto, a ausência de consumo faria com que o preço de todas as mercadorias, incluindo as produções dos setores privilegiados, ficasse depreciado. A deflação seguiria, então, comprometendo as rendas excedentes, agravando o desemprego e a situação dos salários.

Essa seria a descrição de uma crise econômica generalizada, num ambiente em que os preços seriam orientados pela concorrência dos mercados. Nesse caso, sem nenhum controle, a moeda se identifica diretamente com seu referencial de valor mais próximo (ouro ou moedas fortes). Este, por sua vez, vincula-se ao comércio internacional. Portanto, num estágio depressivo de queda generalizada de preços, as conversões de moeda em referenciais próximos se multiplicam, levando os bancos a: (1) elevar drasticamente as taxas de juros; e (2) suspender a conversibilidade.

Este cenário já havia sido analisado por Marx, quanto afirmava que:

“(…) com o desenvolvimento do sistema de crédito, a produção capitalista sem cessar empenha-se em suprimir essa barreira metálica, esse limite, sincronicamente

material e fantástico, à riqueza e ao movimento dela, mas acaba sempre quebrando a cabeça contra esse obstáculo”.

“Nas crises, encontramos o postulado de que todas as letras de câmbio, todos os títulos e valores, todas as mercadorias podem converter-se pronta e simultaneamente em moeda bancária e toda a moeda bancária, por sua vez, em ouro”³⁸.

Foi esse, portanto, o desenrolar final da crise de 1929-1932, onde a deflação e a “preferência pela liquidez” valorizaram as moedas nacionais e o ouro. Entretanto, do pós-guerra aos dias de hoje, as crises monetárias tornam-se recorrentes, a despeito dos colapsos produtivos nos moldes das ocorrências do século XIX ou mesmo da década de (19)30. Qual seria a ligação entre a crise monetária e a crise econômica, tal como foi descrita?

Ao evento da crise de 1929-1932 sobreviveram apenas os grandes conglomerados monopolistas, o que contribuiu para concentrar ainda mais as iniciativas dos setores produtivos. Verdadeiros patronos da solução da Segunda Guerra como forma de superação definitiva dos efeitos da citada crise, estes grupos adquiriram a capacidade de formar preços. Uma eventual queda no consumo poderia sempre ser respondida com a redução da produção. Esta redução, por sua vez, faria com que os preços da produção reduzida aumentassem, como forma de compensação à queda nas receitas. Desse modo, a incidência cíclica de crises econômicas já não mais teria o efeito deflacionário verificado durante o início da década de 30. Ao contrário, uma eventual queda no consumo promoveria uma perda do poder aquisitivo da moeda. Sua própria credibilidade estaria ameaçada, já que este processo pressionaria por uma desvalorização cambial, com fuga de capitais.

Em sua análise sobre os monopólios norte-americanos, Baran e Sweezy afirmam que estes são capazes de manter seus preços de venda constantes, enquanto os custos de produção declinam. Essa seria a sua principal fonte do “excedente crescente”. Para estes autores, portanto, esses conglomerados seriam independentes, tanto do mercado de vendas quanto do mercado monetário e financeiro³⁹.

³⁸ MARX, Karl, *O Capital*, vol. III, p. 537.

³⁹ Ver Paul Baran e Paul Sweezy, *Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social da América*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, cap. 3, p. 60 e segs.

Por outro lado, a circulação do sistema estaria interrompida pela ausência da relação entre moeda e mercadoria. A diferença é que na crise inflacionária as pessoas rejeitam a moeda, substituindo-a por outro ativo e, na crise deflacionária, as pessoas entesouram moeda. Em ambos os casos, porém, a função da moeda como meio circulante estaria suspensa.

Conforme mostra Hilferding:

“A possibilidade geral de crise é dada com a dupla existência da mercadoria como mercadoria e como dinheiro. Isso implica que o fluxo da circulação de mercadorias possa sofrer uma interrupção, na qual o dinheiro corre como tesouro, ao invés de ser empregado na circulação das mercadorias. O processo $M1 - D - M2$ fica paralisado porque D, que realiza a mercadoria M1, não realiza automaticamente M2. M2 permanece invendível e, com isso, dá-se a paralisação⁴⁰”.

Nesse cenário de crise monetária, no entanto, os outros efeitos da crise econômica não estariam descartados. A crise social continuaria sendo uma perspectiva, assim como a crise de sobreacumulação, com queda das receitas. A crise monetária como expressão da crise econômica, serve identificação da iminente possibilidade desta última. Ou seja, a perda da credibilidade na moeda é sinal evidente de que a ausência de consumo está comprometendo a geração de excedentes. Todavia, antes que os efeitos que afetam a classe dominante possam ser verificados, a crise monetária se ofereceria como indicador para a adoção coordenada de medidas anticíclicas. O desenrolar dos acontecimentos na economia mundial do pós-guerra não deixam margem de dúvidas em relação a isto.

Com o propósito da afirmação do sistema monetário baseado no dólar, os EUA tiveram que superar as crises monetárias européias, com destaque para as crises da libra (1947, 1949, 1952, 1967), evitando a sua generalização em crises econômicas mais abrangentes. Agindo assim, procuraram proteger o processo de afirmação e hegemonia, tanto de sua economia, quanto de sua moeda. Para tanto, valeram-se de instrumentos destinados à recuperação da demanda efetiva como a Guerra Fria, o Plano Marshall, a Guerra da Coreia e o Rearmamento.

⁴⁰ HILFERDING R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 231.

Ocorre que o processo de recuperação das forças produtivas do pós-guerra, necessário à estratégia estadunidense, prescindia, além das “transferências diretas do tesouro norte-americano” e do necessário controle do estoque de divisas conversíveis, da recuperação do mecanismo de geração de excedentes comerciais, através do restabelecimento da divisão internacional do trabalho. Para tanto, ao longo deste período, foram envidados esforços no sentido da formação de um Mercado Comum Europeu (MCE), necessário a ações coordenadas de protecionismo e acordos econômicos, bem como, ao retorno de modelos comerciais coloniais entre ex-metrópoles européias e países e regiões periféricas recém independentes.

A partir da adoção institucional de tais arranjos comerciais, foram sendo observadas sucessivas deterioração dos termos de troca entre centro e periferia. No tocante ao papel das elites periféricas em sua tênue e débil luta pela manutenção de suas rendas e de sua prevalência social, os ganhos comerciais de curto-prazo na exportação de *commodities*, provocaram desvalorizações contínuas, enfraquecendo deliberadamente suas moedas. A relação entre (necessidade de) exportações x inflação, além de lançar estas regiões nas áreas de influência cambial de seus “parceiros”, tornando-as dependentes, tanto do consumo, como do financiamento das “moedas fortes”, transferiu para a periferia todo o esgarçamento da ordem social estabelecida, muitas vezes acompanhado do esgarçamento da ordem política, através da pura e simples depreciação de renda, traduzindo um autêntico processo de “transferência de crises”.

A crise monetária ganha, finalmente, contornos de crise financeira no momento em que os atrasados comerciais nas contas externas periféricas, que sucedem à deterioração dos termos de trocas – com a redefinição da divisão internacional do trabalho –, bem como, a ausência de renda e poupança interna, pressionam pelo aporte de capitais em moedas fortes nos países periféricos. As transformações econômicas verificadas após as crises do petróleo de 1973 e 1979, desnudaram toda a fragilidade destas regiões em relação à dependência do excedente financeiro dos países centrais, demonstrada na situação, tanto das dívidas externas na década de (19)80, como nas crises cambiais da década de (19)90, bem como, na orientação monetarista decorrente, que as acompanhou.

5. Algumas Questões

Quando se faz um exame metodológico de um entrecruzamento de duas problemáticas tão repletas de significado como *crise e território*, a formulação de hipóteses muito fechadas pode significar a necessidade de seu abandono em momento mais avançado da pesquisa. Contudo, é possível formular-se um conjunto de hipóteses que podem ser discutidas ao longo da reflexão:

- 1) As crises econômicas não devem ser confundidas com flutuações leves. Crises se afirmam em mudanças tendenciais de longo prazo e/ou na estrutura econômica;
- 2) As crises fazem (ou devem fazer) parte da compreensão da realidade econômica como um todo;
- 3) As crises econômicas integram elementos sistêmicos e particulares em sua limitação espacial e temporal, ou seja, obedecem à articulação das particularidades regionais-espaciais e histórico-contextuais;
- 4) As crises não necessariamente antagonizam com as condições de operação de um sistema (crises parciais);
- 5) O papel verificado historicamente do setor financeiro nas crises tem apresentado as regularidades de: (a) assegurar a estrutura básica de posse dos meios produtivos, mesmo com a centralização e concentração do capital, pelas forças concorrenciais do Capitalismo; e (b) assegurar a forma-capital da riqueza apropriada a seus possuidores, pela qual, mesmo após a “destruição” do ambiente econômico então vigente, torna-se possível ao capitalista o empreendimento de novas atividades;
- 6) As crises *totais* conduzem necessariamente à mudança do sistema (relações de produção);
- 7) A historicidade confere ao fenômeno das crises o recurso à identificação de elementos comparativos em tempo e espaço;
- 8) No modo de produção capitalista, há uma espécie de crise permanente, resultante do desencontro entre a demanda e a oferta global, que é repassado estruturalmente através da distribuição desigual e privada do produto social.

Bibliografia

- ARRIGHI, G. *A Ilusão do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 5a. edição, 1998.
- _____. *O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.
- BARAN, P. e SWEEZY, P. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BARBOSA, Wilson do N. *A Refundação da Cidade e os Movimentos Sociais*. DH – FFLCH-USP, 1997.
- _____. *A História Econômica como Disciplina Independente*. São Paulo, DH-FFLCH-USP, 1988.
- _____. *Teoria e Empiria*. São Paulo, Departamento de História da USP, Seminários de Pós-Graduação, 1991.
- BOTTOMORE, T (org.) *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 (1983)
- BEINSTEIN, Jorge. *Capitalismo Senil: a grande crise da economia global*. São Paulo: Record, 2001.
- BOUVIER, J. “As Crises Econômicas” in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 3a. ed. 1988.
- BRAUDEL, F. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978 (1969).
- _____. *Gramática das Civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989 (1987).
- _____. *La Dinámica del Capitalismo*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1993 (1985).
- CARDOSO, Ciro Flammarion, *Uma Introdução à História*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- CHACON, Paulo Pan e FRANCO JÚNIOR, Hilário. *História Econômica Geral..* São Paulo, Ed. Atlas, 1982.
- CHAUNU, P. “A Economia: Ultrapassagem e Prospectiva” in LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 3a. ed. 1988.
- CHAUNU, P. *Historia Quantitativa, Historia Serial*. México: Fundo de Cultura Económica, 1987.
- COGGIOLA, O. (org.) *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996.
- ENGELS, F. “Esboço de uma Crítica da Economia Política (1844)” in NETTO, J.(org.). *Engels*. São Paulo: Ática, 1981, pp. 70-71.
- _____. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1987 (1845).
- FRÁVEGA, O. *Teoria de la História: los futuros posibles*. Buenos Aires: Corregidor, 1997.
- FURET, F. *A oficina da História*. Lisboa: Gradiva, s/d (1985?)
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Global, 1973.
- _____. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- GRESPLAN, J. *O Negativo do Capital*. Campinas: Hucitec, 1996.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Difel, 2004.
- HASKINS, L. e JEFFREY, K. *Understanding Quantitative History*. Londres: Cambridge University Press, 1990.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos – o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. Campinas: Hucitec, 1987.

- KEYNES, J. “O fim do laissez-faire” (1926) in SZMRECSÁNYI, T. (org.) Keynes. São Paulo: Ática, 1984, pp. 118 – 136.
- _____. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Abril Cultural, 1982 (1936).
- KINDLEBERGER, Charles. Manias, Pânico e Crashes: um histórico das crises financeiras. Porto Alegre: Ortiz, 1992[1989]
- KONDRATIEFF, N. The Long Waves in Economic Life. The Review of Economic Statistics, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.
- LANGE, O. Ensaio Sobre Planificação Econômica. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, 6 volumes.
- _____. “Para uma Crítica da Economia Política” in MARX, K. Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1857), pp. 3 – 21.
- MARX, K e ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 (1848).
- MAURO, F. *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1973 (1969)
- MOTTA, José Flavio. Capitalismo e História Econômica: para além da interdisciplinaridade, o chamamento para a práxis política. São Paulo, Revista Controversa 10, FEA-USP, novembro de 1996.
- NETTO, J.(org.). *Fredrich Engels: política*. São Paulo: Ática, 1981.
- POMERANZ, Lenina. ‘Oskar Lange’ in LANGE, Oskar, Antologia. Biblioteca de Ciências Sociais, 1987.
- SANDRONI, P. *Novo dicionário de Economia*. SP, Círculo do Livro, 5a. ed. 1996.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. São Paulo: Edusp, 2ª edição, 2003 (1979).
- _____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1998.
- SCHUMPETER, J. Business Cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process. Nova Iorque: McGraw – Hill, 1939 (1937), 2 volumes.
- SCHUMPETER, J. História da Análise Econômica. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 3 volumes, 1967 (1995).
- SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1915).
- SHAIKH, A. “An Introduction to the History of Crisis Theories” in: U. S. Capitalism in Crisis. Nova Iorque, URPE, 1978, pp. 219 - 241.
- SINGER, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo. Brasiliense, 3a.ed. 1973.
- SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. A História Econômica como Interdisciplina Interdependente. São Paulo, Revista Controversa 08, FEA-USP, agosto de 1996.
- _____. *Elementos de Demografia Econômica*. São Paulo: LCTE, 2006.
- _____. *Os métodos quantitativos na análise histórico-econômica*. Cadernos REPHE, 2003.
- _____. Oskar Lange, a ciência e a planificação econômica. Revista de Economia Política e História Econômica (São Paulo), São Paulo, v. 3, p. 75-109, 2005.
- _____. Uma perspectiva sobre a historiografia econômica quantitativa. Caminhos da História (UNIMONTES), v. 12, p. 9-28, 2008.
- SWEEZY, P. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (1942)
- TINBERGEN, J. The dynamics of business cycles: a study in economic fluctuations. Londres: Routledge, 1950.
- URRY, John. *Consuming Places*. New York, Routledge, 1995.

VILAR, P. *Ouro e Moeda na História*, 1450 - 1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

WEBER, Alfred. *Theory of the location of industries*. Chicago, Chicago University Press, 1953 (1929).

WEBER, Max. *Economia y Sociedad*. Ciudad del Mexico: FCE, 1988.